

# ESTUDANTES E PROFESSORES NA UNIVERSIDADE ARGENTINA EM TEMPOS MENEMISTAS (1989-1999): formas de ingresso, evasão, incentivo à pesquisa e dedicação exclusiva à docência

MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO\*

AFRÂNIO MENDES CATANI\*\*

**RESUMO:** Este trabalho tem o propósito de discutir a situação da universidade argentina nos tempos do Presidente Carlos Saúl Menem (1989-1999). O balizamento histórico na gestão menemista se deve ao fato de este governo ter iniciado várias reformas de corte liberal-ortodoxo, afetando substancialmente a relação entre a sociedade, o Estado e o mercado. O marco legal deste tipo de reformismo no sistema de educação superior argentino assenta-se na promulgação da Lei nº 24.521, em 20.07.1995. Com o intuito de compreender as implicações das políticas públicas geradas no referido período para o conjunto das universidades argentinas, são apresentados dados e considerações sobre população estudantil, plantel docente, ingresso, evasão, graduação, dedicação exclusiva e o programa de incentivo aos professores pesquisadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade Pública na Argentina; Governo Menem; Reforma do Ensino Superior; Políticas Públicas.

**STUDENTS AND TEACHERS IN THE ARGENTINA'S UNIVERSITY IN MENEMISTA'S TIME (1989-1999):** Types of admissions, evasion, incentives to research, and full time teaching position.

**ABSTRACT:** The goal of this work is discuss the situation of Argentina University during Carlos Saúl Menem presidency (1989-1999). Historically his administration was important because of the government-started lots of liberal-orthodoxy reforms, these reforms mainly affected the relationship between society, State, and the market. The reforms legal start point in the Argentina's University begun with the law nº 24.521 stated at July 20th of 1995. To understand the political implication of the public policy in the Argentina's University during this period we present data and considerations about the student

---

\* Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM – 87020-900 – Maringá – Estado do Paraná – Brasil.

\*\* Departamento de Fundamentos da Educação – Faculdade de Educação – USP – 05508-900 – São Paulo – Estado de São Paulo – Brasil. É também professor do PROLAM – Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina.

population, admission, teachers' staff, evasion, graduation, and full time teachers and incentives programs to the researchers.

KEY-WORDS: Public University in Argentina; Menem Government; College Teaching Reformation; Public Politics.

---

## INTRODUÇÃO

Para fins de balizamento histórico, nosso trabalho abrange a década dos anos 90, ou seja, o período que compreende os dois mandatos do justicialismo de Carlos Saúl Menem (1989-1995 e 1995-1999) ou, mais precisamente, de 1989, a partir da transição do Governo da UCR (União Cívica Radical), de Raúl Alfonsín, ao ano de 1999, marco de uma nova alternância política de governo, desta vez do justicialismo "menemista" para a "Aliança", representada pelo Presidente Fernando De La Rúa (UCR-União Cívica Radical) e pelo Vice-Presidente Carlos Alberto "Chacho" Alvarez (FREPASO-Frente País Solidário)

Nossa opção pelo enfoque na gestão "menemista" se deve ao fato de este governo ter conduzido uma grande reforma de Estado e de ter implantado uma política econômica ultraliberal, afetando todos os setores do Estado e mudando radicalmente a relação entre sociedade, Estado e mercado. Com a justificativa de inserir a Argentina no primeiro mundo, o governo de Carlos Saúl Menem adotou o liberalismo econômico ortodoxo, fundamentalmente referenciado no monetarismo da Escola de Chicago, como modelo a ser seguido. Assim, a Argentina assumiu um compromisso de política monetária do tipo "*currency board*", ao estilo das "caixas de conversão" da época do "padrão-ouro", baseado no que se chama "âncora cambial", ou seja, atrelou a moeda nacional a uma moeda estrangeira, fazendo com que o volume dos meios de pagamento ficasse condicionado à reserva em moeda forte, gerando a paridade do peso frente ao dólar americano. Dessa forma, conseguiu-se baixar a inflação, mas o efeito paralelo foi a valorização do peso, ocasionando dificuldades para as exportações. Porém a mais grave consequência deste tipo de controle "quantitativista" é a perda da capacidade governamental de fazer política monetária; é como se o país abrisse mão de exercer a soberania plena sobre a moeda nacional.

Para melhor compreender o ambiente político-social e econômico em que as políticas públicas para a educação superior na Argentina foram construídas, evocamos a distinção feita por Hirschman (entre problemas prementes e escolhidos), mencionada por Gerchunoff & Torre, porque acreditamos que, com relação ao nível universitário, não se tratava de um problema premente, mas sim de uma questão "escolhida" pelo governo

para ser tratada com cautela, pois a questão universitária é polêmica e conflituosa e, na ordem de prioridades, poderia ser burilada aos poucos, através das necessárias negociações políticas, de acordo com uma ordem de preferências para cumprir um projeto de sociedade que se tinha a intenção de construir<sup>1</sup>.

Um ponto de partida útil para identificar as peculiaridades da transformação econômica argentina é a distinção de Albert Hirschman entre problemas escolhidos e problemas prementes. Os problemas escolhidos são aqueles que os integrantes do governo selecionam de acordo com suas percepções e preferências; em contraste, os problemas prementes são aqueles que lhes são impostos, ou seja, pela pressão de atores não governamentais ou por uma iminente situação de emergência (1997, p.156).

O sistema universitário argentino é massivo e majoritariamente público. Para se ter uma dimensão desse Sistema de Educação Superior, existem atualmente 36 universidades nacionais, 5 institutos universitários nacionais, 39 universidades privadas e 6 institutos universitários privados<sup>2</sup>. Dados do Ministério da Cultura e Educação complementam:

A matrícula universitária em nível de graduação é de quase um milhão de alunos, dos quais 86% se encontram no setor público. Ademais, nos institutos terciários não universitários cursam aproximadamente 230 mil alunos no setor estatal e outros 130 mil no setor privado. [grifos nossos] (MCYE, 1998a, p.10).

Considerando-se as 36 universidades nacionais<sup>3</sup>, que foram objeto de estudos estatísticos da SPU, em 1998, havia 945.790 estudantes matriculados na graduação, 102.726 professores pertencentes ao quadro de carreira, sendo que apenas 13,6% em regime de dedicação exclusiva. Os funcionários (não-docentes) das universidades nacionais perfizeram, em 1997, o número total de 33.512, sendo que somente a UBA empregava, neste mesmo ano, 10.360 servidores. Na *tabela-1* (vide anexo) pode-se visualizar a população estudantil e a quantidade de ingressantes e de graduados nas universidades nacionais argentinas. Tais informações estão distribuídas por unidades, com uma classificação segundo o tamanho das universidades.

## ESTUDANTES: ingresso e evasão

Já que o nosso objeto de estudo compreende fundamentalmente o período histórico coincidente com os dois mandatos presidenciais de Carlos Saúl Menem, preferimos colocar os dados de 1989, 1994, 1996 e

1998, por compreender um período quase abrangente deste Governo Justicialista, que se inicia em 1989 e termina ao final do ano de 1999. As últimas estatísticas oficiais divulgadas pelo Ministério da Cultura e Educação são relativas ao ano de 1998. Assim, o público somente terá acesso aos dados consolidados a respeito da universidade argentina referentes ao ano de 1999, possivelmente, no final do ano de 2001 e início do de 2002. Além disso, procuramos levantar os números da universidade argentina de 1994 e 1996, em virtude de servir de parâmetro a três aniversários de fatos relevantes para a educação argentina: a) criação, em 1993, da Secretaria de Políticas Universitárias, a partir da qual o menemismo opera vigorosas iniciativas no campo universitário; b) vigência do FOMEC (Fundo para o Melhoramento da Qualidade Universitária), financiado pelo Banco Mundial, iniciado em agosto de 1995; c) promulgação da Lei de Educação Superior nº 24.521, em 1995, que representa os marcos do modelo menemista de universidade. Ademais, *last but not least*, o ano de 1994 coincide com o término do primeiro mandato presidencial de Carlos Saúl Menem.

Evidencia-se, pelos números apresentados, que a universidade sob o "menemismo" não deixou de crescer. De 1989-98, houve um acréscimo de 284.475 alunos na universidade, isto é, a população estudantil aumentou em 43,01%, passando de 661.315 para 945.790 estudantes. Esse desenvolvimento demográfico, em termos relativos, foi bem maior nas pequenas e medianas universidades que nas grandes. As chamadas grandes universidades possuíam, em 1989, 507.082 matriculados; em 1998, esse número foi a 636.080; em termos percentuais, são 25,43% a mais nesse período. Já as universidades medianas acrescentaram em seus registros 80.599 novos estudantes, equivalente a uma cifra de 70,61%. As pequenas universidades saltaram de 40.101 alunos, em 1989, para 114.979 estudantes, em 1998; ou seja, esta categoria de universidades matriculou, nove anos depois, 74.878 novos discentes, representando um surpreendente avanço de 186,72%. Devemos lembrar que as novas universidades estão incluídas entre as pequenas - o que, em certa medida, infla o crescimento deste grupo.

As grandes universidades destacam-se também como lançadoras de novos profissionais no mercado de trabalho: em 1989, de um total de 33.143 graduados, 27.202 foram diplomados pelas grandes universidades, perfazendo 82,0%. Essa relação se altera pouco para o ano de 1995, pois, de um universo de 35.546 graduados, as grandes universidades formaram 28.406, correspondendo a 80,0% do total de egressos. Entretanto, chama-nos a atenção que em apenas dois anos a participação das grandes universidades na formação profissional passa a ser de 74,55%. Isto é, tomando-se por referência os números do ano de

1997, as grandes universidades expediram 25.725 diplomas universitários, foram 2.681 menos egressos que em 1995. Assim, podemos perceber que não houve correspondência entre o aumento progressivo de ingressantes com o número de egressos. Em contrapartida, as médias e pequenas instituições universitárias expediram, em 1989, 5.941 diplomas, esses números, em 1995, alcançaram 7.077 e, em 1997, chegaram a 8.778 egressos. O crescimento percentual de diplomação das pequenas e médias universidades nacionais, entre 1989 e 1997, foi de 47,75%.

É importante perceber que as sete maiores universidades argentinas foram o destino, em 1998, para 154.592 novos universitários. Em termos relativos, isto significa 62,9% do total de ingressantes na educação superior nacional. Somente a UBA (Universidade de Buenos Aires), a maior universidade do País, matriculou, neste mesmo ano, 61.274 novos estudantes - o que significa 26,85% das matrículas totais nas universidades nacionais. O crescimento, no interstício de nove anos, da oferta de vagas no conjunto das universidades públicas argentinas foi de 33,71%, ou seja, havia, em 1989, 170.619 matrículas e chegou-se a cifra de 228.139 novos ingressantes, em 1998. Neste mesmo período, as grandes universidades expandiram suas vagas em 24,25% e as universidades medianas em 60,39%. As pequenas universidades saíram do patamar de 13.064 ingressantes, em 1989, e atingiram 46.093 matrículas, em 1999, significando uma expansão de 252,82%. Devemos observar que o potencial de crescimento das pequenas universidades não se esgotou, pois se classifica justamente nesta categoria as novas universidades criadas na gestão de Menem, principalmente localizadas na conurbação buenairense, assim, contraditoriamente às políticas de restrição ao acesso ao ensino superior, gestionadas pelo Banco Mundial e Ministério da Cultura e Educação, a tendência de massificação da universidade pública argentina está em continuidade.

Um ponto, que é sempre tocado pelos gestores do ensino superior, refere-se à quantidade de egressos em comparação à população estudantil ou ao número de ingressantes. Fazendo uma relação direta entre ingressantes e graduados para o ano de 1996, temos 228.139 ingressantes para 35.546 diplomados (15,58%). Entretanto, se tomarmos uma série ideal de curso, isto é, considerarmos que o tempo de conclusão "ótimo" seria de cinco anos para todas as carreiras das universidades nacionais, mesmo sabendo que existem formações universitárias com duração superior a este tempo ideal e que o aluno muitas vezes, por motivos vários, somente alcança a diplomação aplicando mais tempo do que aquele considerado mínimo para a conclusão, teríamos 170.619 novos alunos matriculados em 1989 e, após

cinco anos de estudos na universidade, chegaríamos a um número de concluintes desta série, em 1994, de 35.995 – correspondendo a uma taxa de conclusão de 21,09% dos ingressantes de 1989.

Não podemos nos apressar na análise desses números, pois devemos considerar que a entrada na universidade pública argentina é aberta. Um dos fortes compromissos públicos do governo de Raúl Alfonsín foi com a democratização da universidade. Desta forma, a partir de 1983, é restabelecido o ingresso aberto à educação superior.

O ingresso aberto ou direto, como preferem alguns autores, não foi objeto de uma regulamentação a ser cumprida igualmente por todas as instituições universitárias. A orientação "radical" de abrir o acesso à universidade ao conjunto de portadores do diploma secundário foi aceita e implementada pelas universidades nacionais argentinas, porém de maneira diferenciada a cada instituição, de acordo com o princípio da autonomia universitária.

Os legisladores, já em período "menemista", preferem deixar claramente inscrito na Lei de Educação Superior nº 24.521/95 que ficará a cargo de cada instituição universitária os critérios de entrada à educação superior. Estabelecem dois artigos da referida Lei:

Art 7º: Para ingressar como aluno nas instituições de nível superior, o pretendente deve ter sido aprovado no nível médio ou no ciclo polimodal de ensino. Excepcionalmente, os maiores de 25 anos que não reúnam essa condição, poderão ingressar desde que demonstrem, o que será feito através de avaliações estabelecidas, em cada caso, pelas províncias, pela municipalidade da Cidade de Buenos Aires ou pelas universidades, que têm preparação e/ou experiência laboral acorde com os estudos que se propõem iniciar, assim como aptidões e conhecimentos suficientes para cursá-los satisfatoriamente.

Art. 35: Para ingressar como aluno nas instituições universitárias, sejam estatais ou privadas, deverá reunir-se como mínimo a condição prevista no artigo 7º e cumprir com os demais requisitos do sistema de admissão que cada instituição estabeleça. (ARGENTINA, LES nº 24.521, 1995).

Para uma compreensão das diversas formas de admissão à educação superior na Argentina, Chiroleu apresenta o seguinte esquema:

**1. Ingresso Direto (Aberto):**

- a) *sem cursos introdutórios;*
- b) *com cursos introdutórios incorporados ao currículo;*
- c) *com cursos introdutórios, organizados por cada unidade acadêmica (não obrigatórios e não seletivos);*

- d) com cursos introdutórios, centralizados pela universidade;
- e) com cursos ou exames, cuja aprovação dá vantagens para o cumprimento das matérias;
- f) com Ciclo Básico Comum (CBC).

## **2. Ingresso restringido:**

- a) com exame e cota (vagas restritas);
- b) com exame, sem cota (sem restrição de vagas), (1998, p. 9-10).

Para fins comparativos e ilustrativos, apresentamos nos quadros 1 e 2 um pequeno extrato de universidades argentinas com as suas formas de ingresso. O primeiro quadro traz o elenco de nove universidades nacionais e o segundo mostra, em quatro universidades privadas, as formas de admissão aos seus cursos de graduação como também os valores cobrados para a manutenção das matrículas nestas Instituições de Ensino Superior situadas na Capital da República Argentina.

Os dois quadros demonstram bem o nível de heterogeneidade das formas de ingresso na universidade argentina. Isso, por um lado, revela um elevado grau de desregulamentação nacional a respeito da matéria e, por outro, permite dimensionar o nível de autonomia experimentado pelas universidades públicas e privadas na Argentina. Entretanto, não se pode deixar de mencionar, no que concerne às instituições públicas de educação superior, que o ingresso aberto (direto) é um princípio que vem sendo respeitado, não obstante, conforme podemos observar pelo quadro, as chamativas exceções: cinco faculdades na Universidade Nacional de Mar del Plata e a Faculdade de Medicina da UBA. Além disso, as novas universidades nacionais localizadas na conurbação de Buenos Aires (Quilmes, Gal. Sarmiento, Gal. San Martín, Lanús, Tres de Febrero e Villa María) estabeleceram, como critério de admissão nas fileiras universitárias, a aprovação em um curso de ingresso, com a duração média de quatro meses.

Tentando aprofundar, a título de exemplo, a discussão acerca da forma de admissão na universidade nacional mais importante do País, a UBA - Universidade de Buenos Aires - onde o vestibulo (a entrada) é representado pelo CBC (Ciclo Básico Comum), através do qual o aluno, após cumprir um número determinado de disciplinas, pode dar continuidade ao curso universitário escolhido<sup>4</sup>. Verificamos que na UBA, em geral, para as carreiras clássicas, o CBC é composto por seis matérias, sendo que o estudante tem a obrigação de finalizar o CBC em no máximo quatro anos. A Resolução 469/98, do Conselho Superior da

UBA, determina: "O aluno que inicia o CBC em 2000 deverá ser aprovado em no mínimo duas disciplinas antes de 31 de março de 2002 e terminar o CBC não depois de 31 de março de 2003".

A título de exemplo, relacionamos a seguir as matérias obrigatórias do CBC de alguns cursos e faculdades da UBA:

1) Na Faculdade de Ciências Exatas e Naturais, o CBC de Ciências Biológicas é formado pelas seguintes disciplinas: Física, Química, Biologia, Introdução ao Conhecimento da Sociedade e Estado, Introdução ao Pensamento Científico e Matemática. Para os cursos de ciências da computação, ciências físicas, ciências geológicas, ciências matemáticas, ciências químicas, ciências da atmosfera, bacharelado universitário em ciências da atmosfera, oceanografia e analista universitário de computação, o CBC tem a seguinte composição: Física, Química, Introdução ao Conhecimento da Sociedade e Estado, Álgebra, Análise Matemática, Introdução ao Pensamento Científico.

2) Os cursos de Ciências Políticas e Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais têm o CBC composto por: Sociologia, Antropologia, Economia, Ciência Política, Introdução ao Conhecimento da Sociedade e Estado e Introdução ao Pensamento Científico.

3) Na Faculdade de Direito, o CBC dos cursos de Bacharelado Universitário em Direito e de Advocacia compõe-se de Sociologia, Economia, Ciência Política, Introdução ao Conhecimento da Sociedade e Estado, Introdução ao Pensamento Científico e Direito.

4) Os diversos cursos da Faculdade de Engenharia da UBA<sup>5</sup> têm um mesmo CBC, contendo as seguintes matérias: Física, Química, Introdução ao Conhecimento da Sociedade e Estado, Introdução ao Pensamento Científico, Álgebra e Análise Matemática.

O CBC, se assim podemos comparar, cumpre um papel parecido ao dos cursos preparatórios para os vestibulares no Brasil (os conhecidos "cursinhos"), ou seja, é no CBC, possivelmente, no primeiro ano de estudos da universidade, que acontece a verdadeira seleção para um diploma de educação superior. Seria como se o "cursinho", que no Brasil está no âmbito privado (pago), funcionasse dentro da universidade pública (gratuito), adaptado aos currículos dos diversos cursos universitários, aberto a todos os interessados portadores de um certificado de conclusão de nível médio.

Mesmo que existam questionamentos ao funcionamento do CBC na Argentina, devemos olhar com atenção esta engenhosa forma de ingresso, pois diante de tanta exclusão (e/ou marginalização) no terceiro mundo não se pode desprezar essa criativa maneira de se saltar as âsperas "muretas" das universidades. De acordo com o professor e



sociólogo Hugo Calello, lotado no CBC da Universidade de Buenos Aires, "frente ao aumento da exclusão social, as universidades da América Latina devem mudar. E o Ciclo Básico Comum pode ser fundamental na transformação da universidade pública" (Página/12, 28.01.2000, internet).

O CBC foi criado, logo após o fim do processo militar (76-83), com a finalidade de democratizar a entrada na universidade argentina. O professor Gigliotti destaca:

O ciclo básico democratizou a universidade. Ainda que lutando contra a carência de recursos, a universidade pode receber em seu interior muitos jovens não atendidos pela sociedade. Pode ser que depois não terminem o curso, mas hoje vêm o CBC como uma continuidade de seus estudos secundários. A universidade já não lhes parece uma torre de marfim, inacessível (PÁGINA/12, 28.01.2000, internet).

Porém, segundo o próprio diretor do CBC, Alberto Fernandez, existem questões pendentes para o aperfeiçoamento do Ciclo Básico.

O CBC tem sido atacado a partir de diversas perspectivas (...). Pela direita, por ser demasiado permissivo. E, pela esquerda, por ser muito seletivo (...). Mas, não é nem uma coisa nem outra. (...) existem questões pendentes. (...) (PÁGINA/12, 28.01.2000, internet).

A esse respeito, acrescenta Hugo Calello, professor de Teoria Crítica, Teoria Social e Subjetividade na Faculdade de Ciências Sociais:

Agora o ciclo básico deve modernizar-se para ir respondendo às necessidades das faculdades, ainda que sem submeter-se a elas. O estudante não se forma em uma disciplina, senão em um espaço interdisciplinar. É um dos poucos lugares onde isto ocorre. (PÁGINA/12, 28.01.2000, internet).

Assim, após essa vitória ao "half" da universidade argentina, onde se percebe que o problema da entrada na universidade ainda não está deveras resolvido, apesar de termos percebido que as políticas neste âmbito são razoavelmente avançadas, é interessante, agora, voltar nossas vistas à questão da evasão.

O alto índice de evasão verificado na universidade pública argentina é devido a várias razões. Podemos arriscar a menção de algumas: 1) a situação econômica do estudante-trabalhador (ou do trabalhador-estudante), que é obrigado a fazer opção pelo emprego; 2) a mobilidade interna de estudantes entre as carreiras universitárias, isto é, a ocorrência de "permuta de cursos", que possibilita aos estudantes, após

entrarem na universidade, mudar o interesse na profissão e decidir por uma nova matrícula em outro curso universitário; 3) a implícita seleção de estudantes no CBC.

Desta forma, uma parte da evasão da universidade pública argentina poderia ser explicada, primeiramente, pela situação econômico-social do estudante-trabalhador que, premido por fatores conjunturais (e/ou estruturais), necessita priorizar a atividade remunerada, ficando à mercê da "única opção" de abandonar, compulsoriamente, a universidade para, em contrapartida, poder trabalhar em período integral ou em um endereço geograficamente distante de seu registro acadêmico. Para termos uma dimensão, o jornal PÁGINA/12, baseando-se em uma pesquisa conduzida por investigadores da UBA a respeito da situação do estudante nesta mesma universidade, demonstra:

A porcentagem de alunos que trabalham já era alta em 1958: alcançava 64%. E subiu a 72%, em 1992. Logo, surpreendeu o descenso a 56%, registrado em 1996. 'Podemos detectar que os 26% (sic) que não trabalhavam em 96 estavam buscando trabalho -explica Abramzon-. Eram desocupados de primeiro emprego, jovens entre 17 e 22 anos que nunca puderam entrar no mercado.' E Romero aponta que 'a universidade passou a ser uma usina geradora de recursos humanos para os processos de trabalho'. Hoje, os alunos que não trabalham só são maioria nas faculdades vinculadas com a saúde (Medicina, Odontologia e Farmácia): são os últimos alunos full time.(25.01.2000, internet).

Ademais, houve encurtamento do tempo dedicado aos estudos em função de um alongamento da jornada de trabalho. Revelam os dados:

Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, cresceu a jornada de trabalho dos alunos. Em 1959, somente 5 por cento entre eles trabalhavam mais de 25 horas semanais. Em 1996, estes números chegaram a 68 por cento. 'Os alunos começaram a ser trabalhadores que estudam e é uma incongruência que as faculdades não gerem políticas específicas para atender essa realidade --disse Toer--. Deveriam ter uma política que permita aos alunos trabalhar em suas áreas de estudo. "É somente na área de Ciências Econômicas que muitos alunos (60 por cento) têm vínculos empregatícios com afinidade com seus estudos. A proporção baixa para níveis entre 32 e 39 por cento nas demais faculdades. (ibid.: 25.01.2000).

Segundo, a evasão também se explica pela seleção que acontece no decorrer de um ano no interior do CBC, representando uma verdadeira frustração a uma gama do estudantado<sup>6</sup>. Terceiro, por um fenômeno que seria uma "falsa evasão", pois, normalmente, ocorre a permuta de cursos

no interior do sistema de educação superior e, assim, a mobilidade acadêmica (permuta) não poderia ser representada estatisticamente como evasão porque, neste caso, o estudante não estaria abandonando o sistema universitário, estaria somente mudando o seu curso de graduação. Esta permuta de carreiras nada mais seria que o desejo do aspirante ao diploma superior de buscar a sua futura satisfação profissional em um ramo de atividade diverso daquela preferência inicial.

#### CORPO DOCENTE: dedicação exclusiva e incentivo à pesquisa

Vejamos agora a situação dos professores nas universidades públicas. Montamos a *tabela-3* (vide anexo) com o plantel de professores de cada universidade e a correspondente situação de dedicação acadêmica. Ressaltamos que não incluímos na tabela os professores *ad honorem*. Nesta situação especial, em 1998, estavam classificados 4.519 docentes lotados nas universidades nacionais sem o direito de receber salários.

O primeiro dado que salta à vista na *tabela-3* (vide anexo) refere-se à baixa proporção de professores em regime de dedicação exclusiva. De um total de 102.726 docentes, em 1998, somente 13.995 estão empregados nas universidades nacionais em tempo integral de dedicação. Para se construir uma universidade com um ambiente bem desenvolvido de ensino, de pesquisa e de extensão, é imprescindível que uma parte substantiva do corpo de professores trabalhem em regime de dedicação exclusiva.

Mesmo com o diagnóstico oficial, de acordo com os dados compilados pela MCyE (Ministério da Cultura e Educação), através da SPU (Secretaria de Políticas Universitárias), a universidade argentina, sob o governo menemista, não obteve avanços expressivos na dedicação exclusiva. Na média entre as universidades (*tabela-4*) (vide anexo), havia, em 1994, 12,1% de professores universitários com dedicação exclusiva, em 1996, essa cifra foi de 12,6%, chegando a 13,6% no ano de 1998.

Temos que ressaltar que foi criado em 19.11.93, através do Decreto 2427, por iniciativa da SPU, um Programa de Incentivo aos Docentes Pesquisadores (PIDI) das Universidades Nacionais, com o objetivo de "promover o trabalho de pesquisa no âmbito acadêmico, fomentando uma maior dedicação à atividade universitária assim como a criação de grupos de pesquisa" (MINISTERIO DE CULTURA Y EDUCACIÓN, 1997, p.187).

Para o ano de 1994, primeiro ano de vigência do referido programa, em um universo de 96.576 professores lotados nas

universidades nacionais, houve a distribuição de 11.199 bolsas-incentivo à pesquisa, equivalente a 11,6% do corpo docente. Em 1996, os beneficiários chegaram a 18.878 e o número de professores era de 98.192, o que corresponde a 19,2% do total (MCYE, 1997, p.190). É curioso notar que o aumento do número de professores beneficiados com o "incentivo à pesquisa" não implicou o crescimento relativo de professores em dedicação exclusiva nas universidades nacionais em seu conjunto.

Como se vê na *tabela-5*, (vide anexo) o regime de tempo de dedicação integral ficou estacionado na faixa de 12%. Mas, considerando-se exclusivamente os beneficiários do programa, houve uma evolução na proporção de professores com dedicação exclusiva. Em 1994, 47% dos docentes favorecidos por esse programa tinham dedicação simples ou semi-exclusiva à universidade; esta porcentagem foi reduzida a 27%, em 1996. Ou seja, neste período, os professores aderentes ao PIDI com dedicação exclusiva passaram de 53% para 73%. Mesmo assim, ficam as questões: Por que a DE não cresceu nas universidades na mesma proporção que o número de bolsas-incentivo? Seria porque os valores das bolsas são tão ínfimos que verdadeiramente não constituem um incentivo? Ou, o programa de incentivos funciona eficazmente somente para as categorias mais altas, cujos incentivos pecuniários são maiores?

De acordo com o projeto original, somente podem ter acesso a esse programa de incentivo à pesquisa os professores inseridos em um Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (PIDI-Proyecto de Investigación y Desarrollo) credenciado por uma universidade nacional e financiado ao menos parcialmente por uma entidade. Além disso, pelo menos um dos participantes no PIDI deve ser no mínimo um "Docente Investigador B", como, também, um dos participantes na pesquisa deve possuir Dedicação Exclusiva. Os professores-pesquisadores foram classificados, nesta primeira etapa (até 1996), em quatro "Categorias Equivalentes de Investigación (CEI)": "A", "B", "C" ou "D", as quais são "(...) designadas pelas respectivas universidades, sobre a base de critérios gerais estabelecidos pelo Programa. A Secretaria de Políticas Universitárias realizará o acompanhamento e controle da gestão destes processos" (CARULLO; VACCAREZA, 1997, p.2).

Por força da Decisão Administrativa nº 665/97, de 23.10.97 e da Resolução Ministerial nº 2307/97, de 4.12.97, entre outras mudanças, a classificação anteriormente descrita de "A" a "D" foi modificada. A partir das novas normas, os professores-pesquisadores passaram a ser enquadrados em 5 categorias, designadas por algarismos romanos: I, II, III, IV e V. Somente terão acesso aos quatro primeiros níveis os professores aprovados em concursos públicos e poderão dirigir projetos

de pesquisa os professores de categoria I, II e III. Outra inovação a se destacar é a exigência de dedicação exclusiva ou semi-exclusiva para participar do programa, ficando isentos desta condição as autoridades universitárias, os pesquisadores do CONICET (*Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas*), da CIC (*Comisión de Investigaciones Científicas*) e de outras instituições de pesquisa similares reconhecidas pela Secretaria de Políticas Universitárias e Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Cultura e Educação.

Após a nova regulamentação do PIDI, o último levantamento estatístico disponível mostra que houve uma diminuição na quantidade de professores beneficiados pelo incentivo. A rubrica de 70 milhões de dólares que, em 1996, foi destinada a 18.878 pesquisadores, no ano de 1998, foi dividida entre 16.905 incentivados. Houve uma redução de 10,45% na quantidade de bolsas-incentivo, isto é, 1.973 docentes deixaram de ser anotados nesse programa.

Podemos inferir que a nova regulamentação, em vez de produzir um estímulo ao professor-pesquisador em regime de dedicação simples para converter-se em dedicação exclusiva ou semi-exclusiva, sedimentou benefícios em uma base de pesquisadores-docentes, que exerciam as suas funções acadêmicas semi ou exclusivamente.

A *tabela-6* (vide anexo) torna patente nossa afirmação. A diminuição de bolsas-incentivo afetou o segmento de pesquisadores-docentes com dedicação parcial à universidade – o que enseja a infeliz coincidência de ter a limitação orçamentária como o problema comum a várias questões universitárias. Sob essa justificativa, não se pode alterar a grade salarial, investir em melhorias físicas, fazer concursos públicos para professores, recategorizar com a dedicação exclusiva (semi ou integral) professores em dedicação simples e, ainda, suplementar a rubrica de incentivo à docência e à pesquisa.

O "*Programa de Incentivos a los Docentes Investigadores*" tem sido contemplado anualmente com a soma de 70 milhões de pesos (dólares). Caso dividamos este valor entre os 18.878 professores beneficiados em 1996, chega-se a uma média de 3.708 pesos para cada docente. Porém, segundo Carullo e Vaccarezza, "a cifra é enganosa, porque o sistema concentra fortemente os recursos nas categorias mais altas e nas maiores dedicações" (1997, p.3). Os autores nos fornecem o seguinte exemplo:

(...) um docente-pesquisador, com categoria 'A' e dedicação exclusiva, percebe, por 12 meses de incentivos, aproximadamente US\$11.160, enquanto que um docente-pesquisador de categoria 'D' e dedicação simples percebe, por doze meses, um montante ao redor de US\$485 (1997, p.4).

De acordo com os dados mais recentes da SPU (MCYE), já com a nova classificação de I a V, o incentivo incrementa entre 25% a 62% os salários dos professores. Por exemplo, um professor titular em regime de dedicação exclusiva, com 10 anos de trabalho na universidade, recebe um salário de \$1.520,00 pesos (dólares); caso ele seja beneficiário do PIDI, receberá mais \$630,00 pesos, alcançando a remuneração total de \$2.150,00 pesos. O *quadro-3* (vide anexo) nos ilustra acerca da influência do PIDI sobre os rendimentos do docente incentivado.

Essa política pública de incentivo não apresentou efeitos significativos nas estatísticas gerais de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa. Conforme pudemos verificar nos Anuários Estatísticos, o percentual de professores em dedicação exclusiva em 1994, era de 12,1%; em 1995, estava em 12,7%; no ano de 1996, foi de 12,6% e, em 1997, a DE alcançou 13,4% do quadro geral de professores. Neste período de quatro anos, houve um tímido crescimento no regime de dedicação exclusiva. Por isso, algumas perguntas terão que ser respondidas no futuro: 1. Este crescimento da DE, mesmo que acanhado, é sustentável dentro dos atuais marcos orçamentários por quanto tempo? 2. O MCYE tem intenção de manter a progressividade da DE, fazendo os aportes financeiros necessários para a recategorização dos professores e posterior inclusão no PIDI?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números apresentados pelo PIDI até o momento (1994 a 1998) talvez não sejam suficientes para uma avaliação definitiva desta política pública, porém podemos perceber que mais do que um programa de incentivo à docência e à pesquisa, destinado geralmente a pesquisadores com currículos já consolidados e com itinerários acadêmicos em nível de excelência internacional, o PIDI tem sido uma fonte indireta de aumento salarial. Assim, para esboçar verdadeiras políticas de ampliação da produção científica, é necessário que a SPU (MCYE) demonstre uma verdadeira intenção de aumentar a quantidade de professores em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, através de um programa mais abrangente de qualificação de professores (mestrado e doutorado) e por intermédio de uma política de cargos e salários estimulante aos professores que procuram a titulação e que adiram integralmente à vida universitária, tendo o *Programa de Incentivo aos Docentes Pesquisadores* como uma política suplementar de estímulo à plena consagração acadêmica.

Já com relação ao corpo discente, verificamos que a universidade argentina tem formas de ingresso que, em geral, podemos classificar como aberta. Assim, enquanto que na Argentina a taxa bruta de escolarização em nível superior alcança 39% dos jovens na faixa etária entre 18 e 23 anos, no Brasil este índice está em 11% e a média na América Latina está em 18% (BANCO MUNDIAL/UNESCO, 2000: 121-124). Sendo que as universidades públicas possuem 945.790 estudantes matriculados, o que supera 86% do total de alunos. As instituições privadas respondem por 124.749 matrículas (Garcia de Fanelli, 1997, p.40), correspondente a menos de 14% do sistema de educação superior.

Neste sentido, como perceberam Catani e Gutierrez, pode-se dizer que "estamos diante de um sistema de ensino superior massivo e complexo" (1997, p.206) e majoritariamente público. Diante desta complexidade, a evasão mostra-se como um problema delicado, pois mesmo com um crescimento significativo da população universitária, que passa de 661.315 estudantes, em 1989, para 892.759, em 1997, o número de concluintes é estável ao longo desses 9 anos. Em 1989, formaram-se 33.143 estudantes; em 1994, foram 35.995 graduados; em 1995, alcançou 35.546 e, em 1997, o número de novos profissionais chegou a 34.503.

Como pudemos arrolar anteriormente, esta evasão pode ter várias causas, entre elas, a própria condição de trabalhador de grande parte dos estudantes, que pode ser premiada pela situação econômica a abandonar a universidade ou, ao menos, a protelar a sua formatura, através de um escalonamento do cumprimento dos créditos disciplinares ou mesmo do trancamento da matrícula. Além disso, por ser a universidade argentina de ingresso aberto, há uma significativa seleção nos anos iniciais da graduação, principalmente no primeiro ano, a exemplo do CBC na UBA. Finalmente, o que se registra como evasão pode não sê-lo, pois muitas vezes ocorre a permuta de carreiras, ou seja, estudantes descontentes com a primeira opção de graduação, após uma primeira experiência/frequência, resolvem mudar os seus destinos profissionais, optando por um outro curso universitário. Esta falsa evasão seria, na realidade, uma busca da satisfação que este fugaz estudante não havia encontrado em sua primeira escolha acadêmica.

Recebido em: 16/05/2002

Aprovado em: 02/07/2002

## NOTAS

---

- <sup>1</sup> As opções do governo justicialista foram feitas quando se adotou um programa de reformas de cunho liberal ortodoxo para se chegar à estabilidade econômica. Após isso, os vários setores da sociedade e Estado (inclusive os serviços públicos) passam a ser moldados segundo a mesma lógica.
- <sup>2</sup> Fonte: *Guía de Carreras de Grado 1998* (MCyE-MINISTERIO DE CULTURA Y EDUCACIÓN, 1998: 12-13). Segundo a Professora Ana M. GARCÍA de FANELLI (1997: 43), as universidades privadas, em 1994, possuíam 124.749 alunos.
- <sup>3</sup> Fonte: *Anuários de Estadísticas Universitarias de 1996, 1997 e 1998* (SPU-Secretaría de Políticas Universitarias do MCyE - Ministerio de Cultura y Educación).
- <sup>4</sup> Segundo reportagem do Jornal PÁGINA12, de 28.01.2000, o CBC da UBA emprega 2.700 professores e possui 100 mil alunos (quase 70 mil novos inscritos, mais 30 mil repetentes).
- <sup>5</sup> Engenharia em Informática, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia Naval, Agrimensura e Analistas de Sistemas.
- <sup>6</sup> Os dados mais recentes indicam que em torno de 50% dos estudantes inscritos no CBC da UBA, ao fim dos dois trimestres de curso, não são promovidos ao ano seguinte, a fim de serem realmente incorporados à carreira de graduação.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGENTINA. Ministerio de Cultura Y Educación. *Anuario 1996 de estadísticas universitarias*. Buenos Aires, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Anuario 1997 de estadísticas universitarias*. Buenos Aires, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Anuario 1998 de estadísticas universitarias*. Buenos Aires, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Guía de carreras de grado 1998*. Buenos Aires, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Ley de Educación Superior n° 24.521/95*: sancionada em 20.07.1995. Buenos Aires, 1997.
- ATTALI, Jacques. *Pour un modèle européen d'enseignement supérieur: rapport de la comission*. Paris: Éditions Stock, 1998.
- BANCO MUNDIAL. *La educación superior en los países en desarrollo: peligros y promesas*. Washington, 2000. mimeografado.
- CARULLO, Juan Carlos; VACCAREZZA, Leonardo S. *El incentivo a la investigación universitaria como instrumento de promoción y gestión de la I+D*: documento de trabalho n.3, Grupo REDES. Quilmes: Instituto de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología, 10.04.1997. mimeografado.
- CATANI, Afrânio M.; GUTIERREZ, Gustavo L. Estado e ensino superior na República Argentina: algumas tendências atuais. *Cadernos Cedes*, Campinas-SP, n.34, p. 57-68, 1995.
- CHIROLEU, Adriana R. *Acceso a la universidad: sobre brújulas y turbulencias*. *Pensamiento Universitario*, Buenos Aires, v.6, n.7, octubre de 1998.
- EL CBC como un arma para luchar contra el avance de la exclusión. *Página/12*, Buenos Aires. Disponível em: <[www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar)>. Acesso em: 28 jan. 2000.
- EL censo estudiantil de la uba. *Página/12*, Buenos Aires. Disponível em: <[www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar)>. Acesso em: 28 fev. 2001.
- GARCÍA DE FANELLI, Ana M. *La expansión de las universidades privadas en la Argentina*. *Pensamiento Universitario*, Buenos Aires, v.5, n. 6, p. 39-44, nov.1997.
- GERCHUNOFF, P.; TORRE, J. C. *Argentina: la política de liberalización económica bajo un gobierno de base popular*. In: VELLINGA, Menno (Coord.). *El cambio del papel del Estado en América Latina*. México: Siglo XXI, 1997.
- LA masificación y la salarización de los alumnos. *Página/12*, Buenos Aires. Disponível em: <[www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar)>. Acesso em: 25 jan. 2000.

Tabela 1 - População Estudantil nas UUNN argentinas

Universidade	Quantidade de Alunos por IES			
	1989	1994	1996	1998
Buenos Aires	176.132	179.550	185.322	226.073
Córdoba	78.642	87.677	89.996	104.471
La Plata	81.299	70.725	72.203	82.926
Tecnológica	59.376	54.234	69.792	64.775
Rosário	46.871	51.632	55.446	65.995
Nordeste	31.414	35.492	41.538	48.239
Tucumán	33.348	37.571	40.895	43.601
Grandes	507.082	516.881	555.192	636.080
Lomas de Zamora	18.684	21.265	26.044	28.765
Cuyo	18.679	17.499	20.814	22.357
Mal del Plata	16.701	18.971	20.295	20.247
Litoral	14.002	15.924	19.104	20.854
Comahue	8.232	12.101	15.384	17.740
Luján	5.358	10.437	14.245	14.277
Sur	6.423	9.083	12.965	16.529
Salta	10.833	11.693	12.803	15.984
San Juan	8.429	10.146	10.860	12.978
La Matanza	---	9.371	11.147	14.303
Misiones*	6.791	8.232	10.013	10.697
Medianas	114.132	144.722	173.674	194.731
Río Cuarto	6.886	7.747	9.651	12.898
La Patagonia San Juan Bosco	4.482	8.098	9.241	10.151
San Luis	7.358	7.819	9.165	13.357
Entre Ríos	5.127	6.871	8.024	9.580
Centro	5.086	5.465	6.616	7.840
Catamarca*	3.159	4.463	6.142	8.557
La Pampa	2.864	3.596	6.135	6.661
Jujuy*	2.723	4.051	6.038	7.754
La Rioja*	---	2.755	6.027	8.864
Formosa	---	2.443	5.384	5.970
Santiago del Estero	2.416	2.960	4.245	10.211
Patagonia Austral	---	---	2.732	3.738
Quilmes	---	1.428	2.704	3.411
Gal. San Martin	---	372	1.185	2.612
Gal. Sarmiento	---	---	153	621
Lanús**	---	---	---	1.137
Villa María**	---	---	---	867
Tres Febrero**	---	---	---	750
Pequenas	40.101	58.068	83.442	114.979
TOTAL	661.315	719.671	812.308	945.790

Fonte: Anuários Estatísticos, Ministério de Cultura e Educação/SPU, 1996, 1997, 1998.

\* Os dados anotados na última coluna referem-se ao ano de 1997.

\*\* Em virtude de serem universidades nacionais de recente criação (Lanús, Tres de Febrero e Villa María), somente os dados referentes ao ano de 1998 estão consolidados.

Tabela 2 - Ingressantes e graduados nas universidades nacionais

Universidade	Ingressantes				Graduados			
	1989	1994	1996	1998	1989	1994	1995	1997
Buenos Aires	41.018	44.238	53.000	61.274	14.014	13.371	13.371	10.449
Córdoba	20.615	18.862	17.515	18.831	4.189	5.120	4.769	4.714
La Plata	14.842	14.974	15.761	18.598	3.263	3.470	3.719	3.506
Tecnológica	16.165	14.288	19.577	13.945	1.484	1.362	1.354	1.299
Rosário	12.181	12.914	15.017	16.647	1.644	2.213	1.938	2.559
Nordeste	11.113	10.371	12.035	13.879	1.280	1.702	1.831	1.688
Tucumán	8.477	9.152	10.797	11.418	1.328	1.705	1.487	1.510
Grandes	124.411	124.801	143.702	154.592	27.202	28.943	28.469	25.725
Lomas de Zamora	5.935	6.274	6.529	8.341	579	911	681	1.048
Cuyo	4.778	4.090	4.893	5.031	939	982	992	1.341
Mal del Plata	4.872	5.581	3.972	4.026	440	678	732	768
Litoral	3.352	5.936	6.737	6.358	626	696	626	723
Comahue	3.325	5.098	5.670	6.183	368	400	441	526
Luján	1.736	3.586	4.394	5.052	78	139	172	278
Sur	1.601	1.343	4.179	4.195	380	361	338	514
Salta	3.859	3.954	4.203	4.933	184	176	197	165
San Juan	1.515	3.698	3.523	3.471	369	278	362	355
La Matanza	---	3.370	2.539	2.051	---	2	5	73
Misiones	2.171	2.924	3.572	3.519	161	260	289	348
Medianas	33.144	45.854	50.211	53.160	4.124	4.883	4.835	6.139
Río Cuarto	2.017	2.308	3.018	4.276	277	339	373	423
La Patagonia S.J.B	1.725	4.859	4.070	3.973	124	140	121	199
San Luis	2.304	3.007	3.625	4.485	360	428	364	466
Entre Ríos	1.650	2.262	2.188	3.056	227	290	356	271
Centro	1.530	1.082	2.306	2.203	439	245	341	313
Catamarca	1.441	1.565	2.401	3.890	98	207	178	216
La Pampa	809	1.128	3.190	2.364	201	221	189	216
Jujuy	734	1.536	2.624	3.409	25	59	54	50
La Rioja	---	1.265	2.788	3.766	---	73	73	72
Formosa	---	1.029	2.677	2.144	---	86	109	121
Santiago del Estero	854	1.458	1.864	6.801	66	64	67	71
Patagonia Austral	---	---	1.448	1.567	---	---	---	76
Quilmes	---	584	1.207	995	---	17	17	77
Gal. San Martín	---	372	667	944	---	---	---	68
Gal. Sarmiento	---	---	153	352	---	---	---	---
Lanús	---	---	---	774	---	---	---	---
Tres de Febrero	---	---	---	604	---	---	---	---
Villa María	---	---	---	490	---	---	---	---
Pequeñas	13.064	22.455	34.226	46.093	1.817	2.169	2.242	2.639
<b>TOTAL</b>	<b>170.619</b>	<b>193.110</b>	<b>228.139</b>	<b>253.845</b>	<b>33.143</b>	<b>35.995</b>	<b>35.546</b>	<b>34.503</b>

Fonte: Anuários Estatísticos, Ministério de Cultura e Educação/SPU, 1996, 1998.

Quadro 1 - Formas de ingresso em algumas universidades nacionais

UNIVERSIDADES	FORMAS DE INGRESSO
Universidad Nacional de Mar Del Plata	Exame de ingresso nas seguintes faculdades: Ciências Agrárias, Arquitetura e Desenho, Engenharia, Ciências Exatas e Naturais, Ciências Econômicas e Sociais.
Universidad Nacional de La Plata	Sete faculdades oferecem cursos de ingresso, de 30 a 60 dias de duração. Exame de ingresso é requerido pela Faculdade de Medicina Outros requisitos: algumas faculdades requerem curso prévio de especialização na área de estudo.
Universidad Nacional de Catamarca	Curso de nivelção de um a dois meses.
Universidad de Buenos Aires*	No primeiro ano de todas os cursos se ministra o Ciclo Básico Comum.
Universidad Nacional de General Sarmiento	Curso de ingresso: "curso de aprestamiento universitario (CAU)": 24 semanas de duração.
Universidad Nacional de Cordoba**	Estudos secundários completos.
Universidad Nacional de Misiones	Curso de ingresso: depende de cada curso de graduação
Universidad Nacional de Salta	Ingresso irrestrito. Os cursos de ingresso têm caráter de ambientação e sua modalidade varia segundo a faculdade.
Universidad Nacional de Rio Cuarto	Curso de ingresso: durante o mês de fevereiro

Fonte: SPU-Secretaria de Políticas Universitárias. Disponível em:

<<http://ns1.spu.edu.ar/vea> e <http://www.spu.edu.ar>>

\* A Faculdade de Medicina criou o Curso Pré-Universitário de Ingresso (CPI), cuja aprovação é necessária para a entrada no curso regular de Medicina. Esta novidade normativa está de acordo com o artigo 50 da LES nº 24.521/95.

\*\* Todas as Universidades Nacionais são gratuitas com exceção da Universidade Nacional de Córdoba, que cobra uma "contribuição estudantil variável", que gira em torno de US\$100 a US\$120 por ano

Quadro 2 - Formas de ingresso e custos em algumas universidades privadas

UNIVERSIDADES	FORMAS DE INGRESSO	CUSTOS
Universidad Torcuato Di Tella	Curso de ingresso: optativo, de três meses e meio em três turnos. Exame de ingresso: avalia-se matemática, raciocínio e capacidade conceitual e redação. Outros requisitos: um ensaio	Matricula de U\$200 e 10 parcelas mensais (a cada ano) que variam entre U\$680 e U\$800
Universidad de San Andres	Curso de ingresso: optativo, de apoio em matemática (4 meses). Exame de ingresso: avalia-se matemática e humanidades. Outros requisitos: apresentação de antecedentes e entrevista pessoal.	Dez parcelas de U\$1.068 por ano.
Universidad del Salvador	Curso de ingresso. A maioria dos cursos de graduação exige um curso de ingresso de um mês seguido de um exame. Porém em alguns casos se pode requerer uma entrevista pessoal.	Matricula de U\$390 e 10 parcelas mensais de U\$300 a cada ano.
Universidad del CEMA	Curso de ingresso: 15 aulas, uma vez por semana. Exames de ingresso: dezembro e março. Outros requisitos: Capacidade de ler textos de estudo em idioma inglês; entrevista pessoal previamente ao exame de admissão.	U\$7.000 anuais

Fonte: SPU-Secretaria de Políticas Universitárias. Disponível em:

<<http://ns1.spu.edu.ar/vea> e <http://www.spu.edu.ar>>

Tabela 3 - Plantel docente e regimes de trabalho (nº absoluto e %).

	<i>Qtde. de Professores</i>			<i>Dedic. simples</i>			<i>Dedic. semi-exclusiva</i>			<i>Dedic. Exclusiva</i>		
	1994	1996	1998	1994	1996	1998	1994	1996	1998	1994	1996	1998
Universidades	1994	1996	1998	1994	1996	1998	1994	1996	1998	1994	1996	1998
Buenos Aires	22.084	21.111	20.327	76,3	75,9	75,6	13,6	13,1	13,2	10,1	11,0	11,2
Córdoba	6.466	7.183	7.045	50,5	52,3	50,8	37,1	35,7	35,4	12,4	12,0	13,8
La Plata	6.526	9.051	8.075	75,6	77,4	68,6	17,7	14,1	19,5	9,7	8,5	11,9
Tecnológica	16.262	18.787	17.974	95,4	92,9	95,7	3,4	3,2	2,7	1,2	1,5	1,6
Rosário	5.734	5.717	6.100	67,9	66,2	65,6	25,1	26,3	26,2	6,9	7,5	8,2
Nordeste	3.514	3.974	3.799	86,3	75,1	82,5	7,6	9,1	9,3	6,1	7,2	8,2
Tucumán	4.106	3.764	3.819	22,0	20,4	21,3	46,2	47,4	46,6	31,7	32,3	32,1
Grandes	64.692	69.587	67.139	67,7	65,7	65,7	21,5	21,3	21,8	11,2	11,4	12,4
Lomas Zamora	2.113	2.007	2.007	90,1	88,4	88,4	5,9	7,4	7,4	4,1	4,2	4,2
Cuyo	3.627	---	3.577	46,1	---	40,0	46,9	---	50,5	7,0	---	9,5
Mar del Plata	2.952	4.143	3.603	65,3	66,2	63,5	20,7	18,4	19,1	14,0	15,3	17,4
Litoral	2.184	2.225	2.305	47,6	49,0	48,4	40,8	36,7	37,6	11,7	14,3	14,0
Comahue	1.467	---	1.696	36,3	---	41,0	33,3	---	29,7	30,3	---	29,3
Luján	846	1.107	1.071	56,7	54,2	53,3	23,0	24,7	26,7	20,2	19,4	20,0
Sur	1.492	1.647	1.804	50,7	54,1	57,8	18,7	17,1	15,0	30,6	28,8	27,2
Salta	1.170	1.202	1.181	20,7	18,6	18,1	48,8	49,2	47,7	29,5	32,3	34,2
San Juan	2.492	2.693	2.051	29,5	31,3	29,3	38,0	37,7	36,6	32,5	30,9	34,1
La Matanza	638	897	1.151	27,6	34,3	29,4	48,4	29,7	40,6	24,0	31,9	30,0
Misiones	1.482	1.816	1.136	57,9	45,2	48,0	30,2	40,6	34,7	11,9	14,2	17,3
Medianas	20.463	17.737	21.582	48,0	49,0	47,0	32,2	29,1	31,4	19,6	21,3	21,6
Río Cuarto	1.430	1.241	1.220	21,0	19,3	18,6	37,5	31,0	32,2	41,5	49,7	49,2
Patagonia S.J.B.	1.770	---	1.754	65,5	---	63,9	25,6	---	28,6	8,9	---	7,5
San Luis	1.069	1.390	1.094	14,6	14,7	15,4	33,4	32,6	28,3	52,0	49,6	56,3
Entre Ríos	1.311	1.410	1.506	41,3	36,2	39,3	49,5	56,0	54,0	9,2	7,8	6,7
Centro	1.561	1.889	1.460	69,4	66,4	59,2	13,9	14,0	15,0	16,7	18,3	25,8
Catamarca	849	966	874	31,3	32,9	31,1	50,9	41,2	41,9	17,8	25,9	27,0
La Pampa	1.064	1.185	1.334	61,1	59,5	65,4	22,3	24,5	21,8	16,6	15,5	12,8
Jujuy	609	691	644	25,5	23,4	20,7	56,3	57,6	59,0	18,2	19,0	20,3
La Rioja	---	---	1.058	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Formosa	739	926	834	79,3	67,5	61,3	18,7	24,9	27,2	2,0	7,6	11,5
Santiago Estero	726	839	783	49,2	37,9	40,1	27,5	28,4	28,7	23,3	31,1	31,2
Patagon Austral	---	---	233	---	---	37,8	---	---	27,0	---	---	35,2
Quilmes	293	---	367	36,9	---	34,1	38,9	---	39,2	24,2	---	26,7
Gal. San Martín	---	330	582	---	31,8	51,0	---	57,0	40,0	---	10,3	9,0
Gal. Sarmiento	---	---	112	---	---	39,1	---	---	10,9	---	---	50,0
Villa María	---	---	79	---	---	5,1	---	---	72,1	---	---	22,8
Lanús	---	---	71	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Tres Febrero	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Pequeñas	11.421	10.867	14.005	45,0	38,9	38,8	34,0	36,7	35,1	21,0	23,4	26,1
<b>TOTAL</b>	<b>96.576</b>	<b>98.191</b>	<b>102.726</b>	<b>66,3</b>	<b>67,7</b>	<b>64,1</b>	<b>21,6</b>	<b>19,7</b>	<b>21,9</b>	<b>12,1</b>	<b>12,6</b>	<b>13,6</b>

Fonte: *Anuários Estatísticos*, Ministério de Cultura e Educação/SPU, 1996, 1997, 1998.

Tabela 4 - Docentes e regime de dedicação nas universidades nacionais

	Dedicação Exclusiva		Dedicação Semi-exclusiva		Dedicação simples		total
1994	11.719	12,1%	20.780	21,6%	64.077	66,3%	96.576
1996	12.349	12,6%	19.388	19,7%	66.455	67,7%	98.192
1998	13.995	13,6%	22.473	21,9%	65.849	64,1%	02.726

Fonte: *Anuários Estatísticos*, Ministério de Cultura e Educação/SPU, 1996, 1997, 1998.

Tabela 5 - Professores com dedicação exclusiva

	1994	1995	1996
Participantes do PIDI	53%	66%	73%
Média-Universidades Nacionais	12,1%	11,6%	12,6%

Fonte: BRASIL. Ministério de Cultura e Educação, 1997.

Tabela 6 - Regime de dedicação - Professores Beneficiários pelo PIDI

	1994	1995	1996	1997	1998
Dedicação Exclusiva	6.194	8.340	<b>9.700</b>	<b>9.695</b>	<b>9.707</b>
Dedicação parcial	5.005	7.560	9.178	8.298	7.198
Total	11.199	15.900	18.878	17.993	16.905

Fonte: MCyE, 1999, Anuário 1996, Anuário 1997.

Quadro 3 - Influência do PIDI sobre a remuneração docente

Categoria docente	Antigüidade	Remuneração Total	Salário docente	Impacto do incentivo
Professor Titular - Dedicação Exclusiva	Inicial	1.644,00	1.014,00	62,13%
	10 anos	2.150,00	1.520,00	41,45%
	24 anos	3.175,00	2.230,00	42,38%
Ajudante Trabalhos Práticos – Dedicação exclusiva	Inicial	977,00	725,00	34,76%
	10 anos	1.466,00	1.088,00	34,74%
	20 anos	1.829,00	1.451,00	26,05%
Ajudante 1ª - Dedicação Exclusiva	Inicial	905,00	653,00	38,59%
	10 anos	1.231,00	979,00	25,74%

Fonte: SPU/MCyE, 1999.